

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, OUTUBRO DE 2013 - ANO XXXII, Nº 6



VIDA DE FEIRANTE

A rotina de quem acorda às 2h da manhã para encher a mesa dos clientes

ESPECIAL 8 e 9



EVASÃO

Cursos nas áreas de ciências exatas possuem as maiores taxas de desistência

PÁGINA 6



CRIANÇAS

Santa Catarina lidera ranking nacional de exploração do trabalho infantil

PÁGINAS 12 E 13

TIRO SPORTIVO

Esporte vem conquistando cada vez mais adeptos no país

PÁGINA 16

O Zero não é o produto de apenas uma disciplina, e sim de seis fases

Um ciclo que termina em questionamento tem sempre a possibilidade de evoluir para uma espiral, se crescente ou decrescente somente o aprendizado pode apontar na direção correta. Acompanhar os alunos durante a disciplina do Jornal Laboratório é participar de um ponto de vista privilegiado neste sentido. Todo semestre é marcado por uma fase de turbulência inicial que ao longo dos meses só tende a piorar, mas à medida que o tempo passa é visível como o produto desse embate ganha complexidade de uma forma quase espontânea. Poder dar vazão aos semestres de disciplinas de redação, foto, planejamento gráfico, edição... é contemplar o esforço de todos os mestres anteriores.

O resultado é uma edição rica em nuances como essa. Em um exercício

de edição as matérias foram distribuídas em sete editorias diferentes, um bom número para dezesseis páginas. A percepção do jornal a partir de uma proposta editorial voltada para um público determinado é um desses avanços que comentei e pontua o amadurecimento ao longo do processo.

Nas próximas páginas nossos ávidos leitores poderão encontrar desde temas de debate nacional, como o programa Mais Médicos, que começou a trazer para a região profissionais de países "hermanos", até questões que embarçam o estado como o destaque negativo em relação ao número de casos de trabalho infantil. Temas que nos preocupam diretamente como qualidade e condições no ensino superior também estão contempladas nas matérias sobre a

evasão nos cursos de licenciatura e o alto custo de algumas disciplinas em cursos como Arquitetura, Odontologia e Artes Cênicas. Discussões que trazem a tona as etapas que ainda precisam ser percorridas a partir das políticas de ações afirmativas.

Outro "compromisso histórico", como diria um dos mestres que contribuíram com sua parcela de experiência, é o olhar social atento e apurado que destacamos em nossa matéria especial. Nossas repórteres acompanharam um dia na rotina de uma família de feirantes, e nos trazem o relato de um esforço de reportagem que as levou a entrar em contato diretamente com nossa matéria prima, o ser humano.

Agora nos questionamos sobre a próxima edição. Não deixem de conferir! Boa leitura...



A repórter Patrícia Siqueira entrevista Nisa Hars, durante sua jornada que começou as 2h da manhã

ERRATA

Na edição de setembro do Zero, informamos que a matéria "Histórias de uma vida inteira" (páginas 8 e 9) foi produzida pelo repórter Daniel Lemes. A produção da pauta foi realizada na verdade pela acadêmica Patrícia Pamplona.

PARTICIPE!

Mande críticas, sugestões e comentários
E-mail - zeroufsc@gmail.com
Telefone - (48) 3721-4833
Twitter - @zeroufsc
Cartas - Departamento de Jornalismo
 Centro de Comunicação e Expressão
 UFSC - Trindade Florianópolis (SC)
 CEP: 88040-900

OMBUDSMAN

GÉSSICA VALENTINI

O desafio de superar expectativas

Com uma pilha de jornais nos braços, caminhando pelo campus da UFSC, mais de uma vez ouvi entonações animadas: "O Zero!". No curso de jornalismo, entre calouros, veteranos, professores e servidores, a reação era de simpatia pela chegada da nova edição. Da mesma forma, no curso de engenharia, na biblioteca e na reitoria...

Mesmo fora da UFSC, muitos ex-alunos vibraram ao ver o jornal, do qual um dia fizeram parte. Ao parar nos corredores e esperar a reação, alguns relatos foram surpresos: cadê a reportagem investigativa?

A turma, ainda estreante, propôs o feijão e arroz. O tempo, a dificuldade de conseguir boas fontes e os mesmos desafios que enfrentam profissionais dos meios de comunicação tradicionais, diários ou semanais, foram empecilhos aos alunos do Zero.

Como consolo, serve o fato de que as críticas não foram aos textos, preparados com esmero, mas sobre as pautas e, principalmente, sobre os títulos. Entre alunos do curso e profissionais da área, a unanimidade nos comentários foi a falta de chamadas que atraíssem mais o leitor.

Desde a chamada de capa até a chamada da contracapa, faltaram verbos, sinônimos, faltaram palavras. Faltou a experiência do editor, somada à astúcia do diagramador, que dá um espaço suficiente para que uma boa ideia seja transcrita de forma completa.

Da mesma forma que aos títulos faltaram palavras, a algumas reportagens faltaram imagens. Pode ser que elas não falem mais que mil palavras, mas falam muito e atraem o olhar atento do leitor que folheia as páginas de um jornal, esperando ser convidado para a leitura.

Apesar de repórteres não serem necessariamente fotógrafos, editores ou diagramadores, o resultado desta edição desafia os futuros profissionais a lançar um olhar crítico sobre o próprio trabalho e sobre função de um jornalista.

Com certeza, o leitor pode esperar um resultado ainda melhor já nesta edição, com mais empenho, experiência, melhores pautas, textos, imagens e diagramação. Afinal, apesar do Zero ser um jornal laboratório, que serve como

aprendizado, é esperando a recepção animada de uma nova edição que os alunos o preparam: "O Zero!". Sim, chegou!

É preciso contornar a falta de tempo com a habilidade que a profissão exige e juntar técnica e criatividade para superar expectativas. Boas pautas, títulos e textos somados à ética e à responsabilidade. Tudo isso virá, dia após dia e já nas próximas edições do Zero



Géssica Valentini, professora da Universidade Federal de Santa Catarina e responsável editorial pelo jornal laboratório Zero.

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO Ano XXXII - Nº 6 - Outubro de 2013 **REPORTAGEM** Ana Luísa Funchal, Andressa Prates, Artur Felipe Figueira, Bárbara Cardozo, Beatriz Carrer, Bruna Andrade, Daniel Lemes, Emanuelle Nunes, Fernanda Costa, Flávio Crispim, Iuri Barcellos, Jéssica Sant'Ana, João Paulo Fernandes, Karine Lucinda, Luiza Lobo, Maria Luiza Buriham, Marianne Ternes, Marília Quezado, Natália Pilati, Natália Porto, Patrícia Cim, Patrícia Pamplona, Patrícia Siqueira, Ricardo Pessetti, Rosângela Menezes, Sophia Rischbieter, Taynara Macedo, Thaís Jordão, Vanessa Farias **EDIÇÃO** Ana Carolina Cerqueira, Ana Luísa Funchal, Flávio Crispim, João Paulo Fernandes, Julia Lindner, Lillian Koyama, Mariana Petry, Natália Pilati, Nicolas Quadro, Patrícia Siqueira, Stefanie Damázio, Thayse Stein **PROFESSORES-RESPONSÁVEIS** Ângelo Augusto Ribeiro, Géssica Valentini, Lucio Baggio **MONITORIA** Ana Paula Mendes, Julia Ayres **IMPRESSÃO** Gráfica Graf Norte **TIRAGEM** 5 mil exemplares **DISTRIBUIÇÃO** Nacional **FECHAMENTO** 28 de outubro.

★
 Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca
 Sindicato dos Jornalistas de SC 2000

★
 3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil
 EXPOCOM 1994

★★★★★
 Melhor Peça Gráfica Set Universitário / PUC-
 RS 1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

Saúde pública

Mais Médicos chega a Santa Catarina

Palhoça e outras 25 cidades serão beneficiadas pelo polêmico projeto do governo federal

Silvio Gabriel Benitez, 37 anos, formou-se em medicina pela Universidade de Buenos Aires e é pós-graduado na Universidade de Barcelona, especializado em atendimento emergencial. Já morou no Chile, Cuba, Panamá e México, onde conheceu a gaúcha com quem se casou há 10 anos. Através do programa Mais Médicos do governo federal, o argentino viu a oportunidade de mudar-se para o Brasil e fazer de Santa Catarina não mais seu destino de férias, mas seu lar. Benitez é um dos três estrangeiros que reforçarão o quadro de médicos de Palhoça, trazidos pelo Mais Médicos.

O programa dos Ministérios da Saúde e Educação tem o objetivo de trazer médicos para atender as cidades brasileiras em que há carência destes profissionais, em especial no interior. Palhoça é apenas um dos mais de 25 municípios catarinenses que receberam inscritos do Mais Médicos. Na primeira etapa do programa, mais de 20 profissionais vieram para Santa Catarina e na segunda outros 20 foram destinados para o estado.

O Posto de Pachecos será o novo local de trabalho de Benitez, onde atenderá como clínico geral. A unidade de saúde atende a uma comunidade carente de cerca de 12 mil habitantes. Quando a repórter do Zero entrevistou o argentino, ele esperava o Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (CREMESC) conceder sua autorização provisória para atuar, processo que está atrasado, pois o Conselho ainda não recebeu todos os documentos dos médicos do Ministério da Saúde. Ainda sem poder começar a trabalhar, Benitez passou alguns dias na unidade, adaptando-se ao local e vendo como é o funcionamento. "É um lugar que não precisa de um cardiologista, por exemplo, mas sim um médico popular, que acolha a população e faça um trabalho social, ensinando como devem se alimentar e a importância do exercício físico", conta. Ele já planeja organizar ações como caminhadas e tardes em algum ponto da comunidade para medir a pressão arterial dos moradores, pois acredita que são formas de aproximar-se da comunidade e levar informações às pessoas que não costumam ir ao posto consultar-se.

Assim como Palhoça, qualquer cidade brasileira pode participar do Mais Médicos. A prioridade para receber os participantes do programa será para as regiões com carência e dificuldade de reter médicos integrantes da equipe de saúde da família. Estas regi-



Posto do bairro Pachecos, que atende a uma comunidade carente de 12 mil habitantes, é o novo local de trabalho do médico argentino



Silvio Gabriel planeja ações como caminhadas e controle da pressão

Posto Central recebe pessoas de toda a cidade com apenas 20 funcionários

ões, no geral, têm população sem planos de saúde, residentes em área rural, com população de extrema pobreza e cidadãos beneficiários do Programa Bolsa Família. A distribuição dos médicos pelas cidades também considera o percentual de horas trabalhadas pelos profissionais na área da atenção básica para cada mil habitantes e o percentual de leitos para cada mil habitantes.

Benitez inscreveu-se no programa por ser uma oportunidade de trazer a esposa de volta para o Brasil e pela

satisfação profissional de atender pessoas que realmente precisam. O médico viu também a chance de realizar um antigo projeto: fazer o exame de Revalidação do Diploma Médico (Revalida). O argentino já havia se informado para fazer a avaliação que valida os diplomas de universidades estrangeiras para atuação no Brasil, começou a juntar os documentos, mas trabalhando 80 horas por semana na Argentina não tinha tempo para estudar. Agora irá receber o mesmo salário que ganhava com dois empregos em hospitais municipais e um consultório privado no país de origem, trabalhando 40 horas aqui, e vai poder dedicar-se aos estudos para passar no exame.

Os profissionais formados em instituições de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil têm prioridade na seleção e ocupação de vagas. Mas também podem participar brasileiros

formados em instituições estrangeiras com habilitação para o exercício da medicina no país em que atua e médicos estrangeiros. Os inscritos passaram por três semanas de curso em uma base militar no Rio de Janeiro, com aulas de idioma e que abordavam temas como Sistema Único de Saúde (SUS) e saúde da família. Depois tiveram mais uma semana de treinamento nas unidades em que iriam atuar.

A princípio o programa terá uma duração de três anos, período em que serão válidos os registros dos médicos participantes. Os profissionais recebem uma bolsa formação no valor de R\$ 10 mil, ajuda de custo para despesas de instalação – que não poderá exceder o valor de três bolsas formação – e pagamento das despesas de passagens aérea do médico e sua família.

Além do Posto de Saúde do Pachecos, Palhoça receberá participantes do Mais Médicos no Posto Central. A unidade atende cidadãos de toda a cidade com uma equipe de 20 médicos, na maior parte especialistas. Os postos dos bairros que não conseguem atender as pessoas encaminham para o centro. O aposentado Luiz Carlos Vaz, 60 anos, sabe bem dos problemas da saúde no município. Ele conta que mora no bairro Belavista e a esposa tem problemas cardíacos. Demora uma semana para conseguirem uma consulta para ela no bairro e lá encaminham para o Posto Central, que tem cardiologista, mas demora cerca de um ano para conseguir uma nova consulta. "Acredito que o programa Mais Médicos foi uma boa ação do governo e pode vir a ajudar a mudar isso. A demora vai diminuir se tiver mais médicos para atender".

Bruna Andrade
brunandrade92@gmail.com

Florianópolis não recebe profissionais temporariamente

Associação Catarinense de Medicina, Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (CREMESC) e Sindicato dos Médicos fizeram uma manifestação, em julho, contra a atuação de médicos com diploma estrangeiro no estado. Para atender a reivindicação foi lançado, em agosto, o decreto municipal que determinava que não pudessem atuar médicos com diploma estrangeiro na capital sem o exame do Revalida. A prefeitura voltou atrás e suspendeu o decreto, evitando a exclusão definitiva do programa.

O presidente do CREMESC, Tanaro Bez, esclarece que a instituição não se posicionou contra a vinda dos médicos do exterior, mas acha necessário que eles sejam submetidos ao Revalida. "O governo, com uma urgência que eu não entendo o porquê, achou que estes médicos não precisariam passar por essa habilitação para comprovar as capacidades médicas", diz o presidente, que acredita que o Revalida atestaria que os médicos estão em condições de atender a população.

Com a intenção de suprir os profissionais que não vieram, a Secretaria da Saúde de Florianópolis contratou oito médicos. Bez acredita que não só em Florianópolis, mas em todo o estado há médicos suficientes. "Os municípios que não dispõem de assistência médica não é porque não existem médicos que queiram ir para lá, mas porque estes médicos não se sentem seguros com as condições que a região ou o município oferecem para desenvolver a medicina, sem tecnologia ou estrutura física decente."



“Papo de Homem” é sucesso na rede

Guilherme Valadares, criador do blog, fala do desafio de trabalhar com nova comunicação

O blog colaborativo *Papo de Homem* surgiu em dezembro de 2006 com o objetivo de tornar-se uma revista virtual para o público masculino. O projeto deu certo e trouxe prêmios como o Best Blogs Brasil, em 2007, e o título de “Blog que você não pode perder” da revista *Época*, em 2008. Hoje evoluiu para categoria de portal e contabiliza um milhão e meio de visitas únicas por mês.

Um dos principais nomes por trás do sucesso é Guilherme Valadares. Formado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, ele ajudou a fundar o *Papo de Homem*. No início de outubro veio a Florianópolis ministrar o curso “Como cultivar comunidades digitais ativas e engajadas” e conversou com a equipe do Zero sobre como é trabalhar na internet. Nesta entrevista, Guilherme Valadares destaca a importância de produzir conteúdo que faça sentido para as pessoas e adianta que, no futuro, deseja tornar as assinaturas dos internautas a única fonte de renda do *Papo de Homem*.

Como você descobriu que queria desenvolver conteúdo para internet e como se identificou com essa área?

Guilherme Valadares - Foi um processo. O próprio *Papo de Homem* teve como embrião algo que surgiu antes dele. Então, tinha um grupo de e-mail no qual meia dúzia de caras que não se conheciam resolveu se conectar para conversar um pouco sobre como ter uma vida melhor, uma vida que fizesse mais sentido para homens. Isso cresceu, se transformou em um fórum que foi mantido por doações durante uns dois anos. Esse processo foi um grande caldeirão, um laboratório para entender o que estava acontecendo com o universo masculino. Existia uma insatisfação minha, e acho que compartilhada com outras pessoas lá, que tudo que se falava sobre o homem ou para o homem parecia ser muito estereotipado, muito encaixotado, muito limitado.

Então a gente não se reconhecia nos veículos masculinos e a gente não achava que aquilo ali parecia dialogar com o que os homens estavam vivendo na prática. Resolvi convidar algumas pessoas que estavam lá com o seguinte mote: e se existisse um veículo que se propusesse a falar dos homens de maneira mais autêntica, mais real, sobre uma amplitude maior de temas? Independente se isso vai dar audiência, se vai fazer sucesso, chamar anunciantes, ou não. Foi um pouco essa visão de gerar um espaço com mais liberdade, que tivesse boa consistência, que acho que atraiu as pessoas no começo a seguirem com essa rede, num formato que inicialmente era um blog.

Um pedaço do público-leitor do site são mulheres. Você acha que esse interesse do público feminino é por elas quererem saber como os homens

pensam ou por que elas se identificam com o conteúdo?

GV - Pelos dois. Tanto que, seis meses depois, tinham várias mulheres que perguntavam por que não tinha um *Papo de Mulher*. E o que elas queriam dizer: por que não existe um veículo que dialoga com as mulheres de maneira mais autêntica, mais livre de preconceitos, estereótipos. Você vê hoje as revistas femininas que ensinam a mulher a ser magra, rica, poderosa e devoradora de homens, sabe, uma rainha na cama. Eu acho isso muito aprisionador, imaginar que essa é a trajetória que uma mulher tem que percorrer para ser feliz. Como se elas trabalhassem com caixotes, que acho que é uma coisa também um pouco vítima do modelo editorial usual, que é lento e que está cada vez mais entrando em crise. Então, o interesse das mulheres foi manifestando rápido. Hoje eu acho que mais de 30% dos leitores são mulheres.

Em sete anos, portal contabiliza cerca de um milhão e meio de acessos mensais

Como tornar esta rede interativa rentável para que quem trabalhe com isso possa se sustentar apenas com este meio?

GV - Foi um processo na medida em que o *Papo de Homem* foi evoluindo, começar a trabalhar com as marcas, fazendo isso com cuidado. Em 2007 a gente criou a “Campanha pela Transparência Online”, uma coisa que não existia, e propôs um selo específico, uma maneira de identificar conteúdos e preservar a voz editorial em relação à voz comercial. Então a gente começou a fazer projetos especiais de conteúdo e de mídia

com as marcas, que conseguem pagar a equipe principal do *Papo de Homem*. O artigo é produzido inteiro sem a menção de marca, porque senão contamina a voz, gera conflito de interesse, e ao final, tem essa sessão que a gente chama de mecenaz, que tem a voz da marca, a imagem dela, dizendo que apóia aquele conteúdo. É uma maneira que a gente acredita que oferece escala para o trabalho sem comprometer o vínculo de confiança que a gente tem com as pessoas.

Você produz conteúdo para internet. Você acredita que isso vai substituir as outras formas de veiculação da informação como jornal e revista? Você acha que esse vai ser o meio que vai funcionar como principal forma das pessoas se informarem?

GV - Hoje já é uma forma muito maior do que os jornais se dão con-

ta. Outro dia eu estava conversando com uma agência que atende a Associação Brasileira de Jornalismo e eles não têm a menor ideia do que irão fazer. É como se a imprensa tradicional estivesse perdida em uma casa pegando fogo e não soubesse o que fazer. Mas eu não penso que a internet vai matar os outros meios, mas sim que a natureza do consumo de informações como um todo vai se transformar. A gente vai consumir informações em dispositivos estacionários, como os nossos laptops, nossos tablets, celulares. É como se os suportes físicos para informação tivessem que adquirir um leque de possibilidades muito maior e cada um com uma característica específica. Por exemplo, eu ler um conteúdo na tela é diferente de eu ler um conteúdo no papel; na tela é mais cansativo, mas às vezes tende a ser mais prático. O que eu imagino é que as empresas de comunicação irão ter que saber lidar com esse leque maior e entender quando usar o impresso, quando usar o digital. É dentro do meio digital, quando usar um tablet, quando usar o celular, quando usar o laptop. É como se amplitude do leque tivesse ficado bem maior.

Você mesmo comentou que ler em dispositivos móveis é mais cansativo. Quando está pensando conteúdo para o Portal Papo de Homem, você leva em conta a questão de fazer conteúdo multimídia, mais reduzido?

GV - A gente ainda não tem um site específico para tablet, por falta nossa. O consumo de conteúdo em dispositivos móveis está crescendo em uma velocidade brutal. Tem alguns veículos que já estão

nascendo sendo pensados para o tablet. Em relação a profundidade do conteúdo, o que a gente entende é que fizemos um esforço para criar no Papo de Homem um local em que textos curtos e profundos possam coexistir. É uma tristeza as pessoas acharem que conteúdo profundo não possa ter espaço na web. É como se a gente fosse reduzir a nossa capacidade mental a só um pedacinho porque é o conteúdo que vai ser mais compartilhado. Será que a gente só quer ter acesso ao conteúdo que é mais compartilhado? Será que não faz sentido que menos pessoas leiam os conteúdos mais profundos quando isso for necessário?

Como você avalia o crescimento das mídias sociais e dos blogs no Brasil? E qual o maior desafio para se produzir conteúdo para a web?

GV - A gente vive em uma era em que a produção de conteúdo está subindo exponencialmente, tem cada vez mais textos, fotos e vídeos. O desafio para os profissionais vai ser, cada vez mais, produzir comunicação que faça sentido e criar modelos de negócios que rentabilizem isso. E que não é só uma comunicação que vai produzir notícias de celebridade e que vise somente buscar clique. Porque o conteúdo de melhor custo benefício talvez seja o conteúdo sensacionalista. Têm estudos que, inclusive, mostram como conteúdos que nos geram raiva ou outras emoções primárias viralizam em grande velocidade. Então você pode pensar que: vou criar um portal que vai ter muitos acessos a custo baixo, vou então produ-



No futuro, Valadares quer abandonar os anúncios e manter o site apenas com as assinaturas dos leitores

zir conteúdos sensacionalistas. Mas que tipo de veículo eu estou cultivando com isso? Que tipo de comunicação, que tipo de jornalismo? Então, se todo mundo se propuser a cultivar somente conteúdos sensacionalistas, quem vai produzir conteúdo que importa? Quem vai fazer as investigações sérias, com fins sociais?

E as pessoas estão dispostas a procurar por um conteúdo mais qualificando, deixando de lado o conteúdo sensacionalista?

GV - É um desafio. No Papo de Homem já são seis anos tentando produzir um conteúdo com mais qualidade, mais profundidade e mais significado. Na minha visão, é uma pedra cantada que as pessoas vão procurar isso, porque elas vão se saturar. Elas vão atingir em breve um estado de estáfia mental tamanho, com tanta bobagem com tanto conteúdo de baixa qualidade, que elas vão começar a simplesmente procurar os locais que entregam alguma coisa que faça mais sentido. O problema de hoje é que a gente trata a nossa atenção como se fosse algo gratuito, que não tivesse preço ou valor. Então, a gente cede a nossa atenção o tempo inteiro. Ao ceder para o Facebook, por exemplo, a gente está assinando um contrato silencioso que diz que a gente acha ok participar de uma plataforma que vai se cultivar em torno de um grande monopólio de atenção, que vai precisar se rentabilizar com a presença de um volume monstro de anunciantes. Porque se tem muita coisa gratuita que precisa de anúncio para se manter, esses conteúdos vão berrar, gritar, brigar pela nossa atenção. E se a gente tem muito conteúdo bri-

gando pela nossa atenção, temos muito barulho, ruído e cada vez menos comunicação de qualidade. Nos próximos anos, as pessoas vão ter que passar por um processo de reapropriação da própria atenção, de entender o que tem muito mais valor do que parece aonde a gente coloca o nosso olhar, onde gastamos o nosso tempo.

“Hoje existe muito conteúdo brigando pela nossa atenção e pouca qualidade”

Você pensa em cobrar para ter acesso ao conteúdo do portal Papo Homem?

GV - A nossa visão é se tornar um veículo que seja mantido prioritariamente pelas pessoas. Hoje a gente é dependente das marcas, mas queremos chegar no momento em que a nossa principal fonte de renda sejam as pessoas. Porque isso muda por completo a premissa do jogo. Imagina a editora Abril sendo mantida inteiramente pelas pessoas. Será que ela ia se preocupar em fazer sempre a mesma pauta para as suas revistas? Ela ia ouvir as pessoas, porque a margem de lucro ia se orbitar em torno das pessoas. Ela não ia mais pensar em como criar algo que seduza as pessoas o suficiente para manter o lucro. Ela ia se preocupar em produzir real sentido, real significado para as pessoas. Seria lindo o dia em que o próximo grande grupo de mídia vivesse das pessoas e não de marcas.

E aonde que você busca conteúdo de qualidade na internet?

GV - Nas pessoas. A gente tem os editores do Papo de Homem, estamos conectados a uma série de pessoas, a quem buscamos. Olhamos bons sites, como o Big Think (bigthink.com/) e o Brain Pickings (www.brainpickings.org/). Então tem sites que estão se propondo a fazer investigações interessantes. O Ted (www.ted.com/) é um excelente referência de pessoas e olhares que a gente quer explorar. É como se a gente fosse atrás de sites que estão buscando o que realmente importa, buscando coisas que valem o nosso tempo.

Qual a sua dica para quem quer produzir conteúdo qualificado para a internet?

GV - Primeiro, não use o Facebook. Em segundo lugar, bastante paciência. E, por último, procure construir um grupo de pessoas que veja sentido naquilo, ainda que um grupo pequeno, porque no começo talvez você não tenha grandes números absolutos, mas faz muito diferença você ter um grupo de pessoas para qual aquilo que você produz faça sentido, porque dali vai surgir uma efervescência, um motor que vai ajudar a coisa a seguir em frente, pegar embalo, ainda que tome tempo até as pessoas reconhecerem o seu trabalho. Sem rede própria em volta, em que as pessoas não estão comentando, você perder o prazer de fazer aquilo. Ter uma rede em volta faz uma grande diferença no surgimento de um projeto. E, por favor, façam. Há uma carência imensa de conteúdo que faça sentido.

Bárbara Cardozo
bacardozo18@yahoo.com.br
Bruna Andrade
brunandrade92@gmail.com
Jéssica Sant'Ana
jessicasantana06@hotmail.com



Valadares: “É como se a imprensa tradicional estivesse perdida em uma casa pegando fogo e não soubesse o que fazer”

Salas vazias

Menos formandos nas licenciaturas

Carreira pouco atrativa torna Física, Química, Matemática e Biologia campeões de desistência

Enquanto as matrículas nos cursos tecnológicos e de bacharelado cresceram, respectivamente, 8,5% e 4,6%, as licenciaturas tiveram um aumento de 0,8% entre 2011 e 2012. De acordo com os dados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) no Censo da Educação Superior 2012, quatro áreas consideradas fundamentais para a formação de professores - física, matemática, química e ciências biológicas - alcançaram, juntas, 292,8 mil estudantes no ano passado, o que representa pouco mais de 4% do total de matriculados no país. O curso de administração, líder do ranking, teve 833 mil universitários em 2012.

O reflexo do baixo número de graduandos nas áreas de ciências exatas e biológicas é um déficit de 170 mil profissionais na rede de ensino no Brasil. Para o Diretor do Departamento de Administração Escolar da UFSC, Luiz Carlos Podestá, os baixos salários e o tratamento inadequado que se tem dado aos professores do ensino fundamental e médio são motivos que levam os estudantes a evitar a carreira docente. Para ele, uma das consequências disso é que os alunos chegam à universidade sem nunca ter tido aula com um professor licenciado. "Principalmente na rede particular de ensino, os estudantes têm aulas de matemática, por exemplo, com engenheiros. E passam a vida estudantil inteira sem ter aula com um profissional formado pedagogicamente. E isso só tende a acentuar", lamenta.

O contato com a sala de aula



Desistências nos cursos de licenciatura geram um déficit de 170 mil profissionais no mercado de trabalho

foi justamente o motivo que fez Fabrício de Souza trancar o curso de licenciatura em matemática, na UFSC. Na época em que era graduando, um projeto chamado "Mais educação" levava os universitários a dar aulas de assistência e reforço na rede pública de ensino. A experiência de lecionar em uma escola estadual de Florianópolis foi o estopim para Fabrício perder o gosto pela profissão de professor. "Durante o período em que participei do projeto, fui ameaçado de morte, tive um pequeno surto de ira e a escola me deu calote no fim do mês", conta, hoje, em tom de brincadeira.

O número de formados nas áreas de química, matemática e ciências

biológicas também diminuiu. O curso de física foi o único que conseguiu aumentar em 1,75% o número de concluintes. Química teve queda de 1,4%, ciências biológicas de 3,5% e matemática bateu recorde, alcançando uma baixa de 14,5% formados em relação a 2011. As quatro áreas colocaram, juntas, 49 mil novos profissionais no mercado, mas sem a garantia de que todos se transformarão em professores.

É o caso de Rosângela Menezes, que se formou em licenciatura em física pela UFAM (Universidade Federal do Amazonas), mas preferiu voltar à vida universitária e tentar outra graduação. "Cheguei a lecionar física por seis anos, mas, além de não gos-

tar da rotina estressante professor do ensino médio, não consegui acompanhar as aulas no mestrado. Nas minhas contas, era mais fácil começar outra graduação, que não precisasse necessariamente fazer mestrado e doutorado, do que passar mais seis anos insistindo num curso em que não me sentia realizada profissionalmente". Ela, que agora é estudante de Jornalismo na UFSC, diz em tom de alívio: "finalmente encontrei a profissão que tem mais a ver comigo".

A falta de integração entre as disciplinas que formam o tronco-comum das licenciaturas e as matérias específicas de cada curso contribui para o desinteresse dos alunos em se tornarem professores, afirma

o diretor de ensino do Colégio de Aplicação da UFSC, Manoel Teixeira dos Santos. "Precisa haver uma maior articulação entre os professores, pois os alunos acabam privilegiando as disciplinas específicas em detrimento das de licenciatura. Isso prejudica a etapa de reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem e não forma professores".

Podestá defende que as universidades precisam acolher os profissionais que formam. "Eles se desligam e não são mais ouvidos, ficam jogados aos leões. É preciso que exista a troca de experiência entre o mercado e a academia, para que as universidades preparem melhor os estudantes que vão exercer a licenciatura".

A mestre em administração Vanessa Livramento, que pesquisou sobre a evasão nos cursos presenciais da UFSC, lembra que muitos alunos optam por cursar alguma licenciatura já que é baixa a concorrência no vestibular, deixando de lado suas verdadeiras preferências. É o que aconteceu com Catarina Junges, que deixou de tentar Música para cursar História na UFSC. A gaúcha conta que decidiu fazer o curso para sair de casa e que não tinha expectativas. "Até me surpreendi com a licenciatura. Os professores eram ótimos e o ambiente era agradável, exceto pela infraestrutura". Mas, como a sua vontade sempre foi fazer Música, ela decidiu abandonar História e tentar o vestibular na UDESC no final do ano.

Jéssica Sant'Ana

jessicasantana06@hotmail.com

Permanência e orientação vocacional

Em média, 48% dos alunos que iniciam algum curso de licenciatura não chegam a se formar. Os dados, levantados pelo Instituto Lobo com base no Censo da Educação Superior de 2011, revelaram também que a taxa média anual de evasão nessa modalidade em ensino chega a 19,6%. O líder da lista é o curso de física, com um índice de 26,4%.

Para a mestre em administração Vanessa Livramento, as universidades devem desenvolver estratégias para o esclarecimento das dúvidas dos alunos do ensino médio, minimizando a probabilidade de erro na opção de curso que fazem ao prestar vestibular. Ela ainda ressalta a importância de, após o ingresso, a universidade oferecer apoio na forma de reforço nas disciplinas mais problemáticas e de garantir, financeiramente, a permanência dos



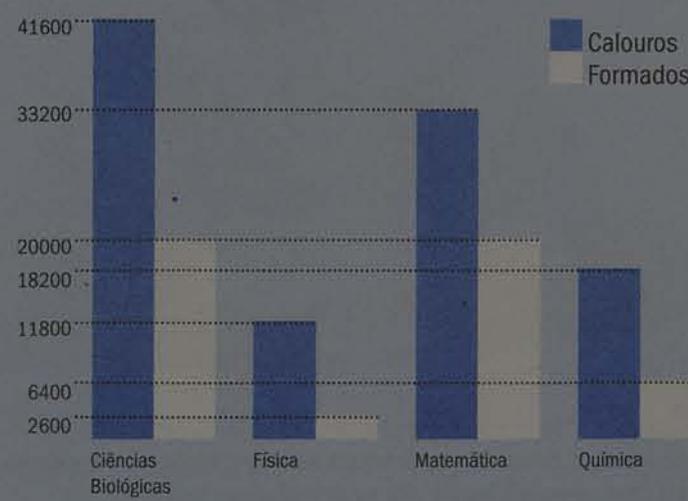
Marucia Patta Bargadi, psicóloga

estudantes em situação de vulnerabilidade econômica.

A doutora em psicologia Marucia Patta Bardagi explica que agora as universidades começaram a olhar para o estudante e entender que ele entra na universidade com o objetivo de explorar as múltiplas opções que o ensino superior oferece. "As universidades partem do pressuposto que os estudantes já fizeram a escolha certa e começam a prepará-los profissionalmente, sem muitas vezes passar por disciplinas introdutórias". Ela ainda afirma que, apesar de gerar impacto econômico nos cofres públicos, a decisão por desistir de um curso pode ser a melhor opção para o aluno. "Muitos estudantes já entram desmotivados, insatisfeitos. Se a decisão de abandonar o curso for planejada, trará benefícios para o desenvolvimento pessoal e profissional do indivíduo".

Calouros em relação aos formados no ensino superior

De acordo com os dados divulgados pelo MEC no Censo da Educação Superior 2012, o número de estudantes que entraram nos cursos é superior aos que se formaram.



Fonte: Censo da Educação Superior/INEP

Ensino público



Acadêmicos de Arquitetura e Urbanismo precisam elaborar maquetes para os projetos das disciplinas

Altos gastos com materiais preocupam estudantes da UFSC

Na Odontologia, custos passam de R\$ 10 mil por aluno

A universidade pode até ser pública, mas, isso não é sinônimo de que todo curso saia barato ao aluno. Além dos custos com moradia, alimentação, transporte, xerox, livros e cadernos, dependendo do curso escolhido há a necessidade da compra de equipamentos que chegam a ser tão indispensáveis quanto caros. No curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) as disciplinas de Projeto são aquelas em que os alunos mais precisam investir. Por envolver a confecção de maquetes e desenhos estudantes precisam comprar vários materiais. Um estojo de lápis de 12 cores pode custar até R\$ 99, ou uma árvore para maquete chega a custar R\$ 17 a unidade. A estudante da 6ª fase do curso, Nicole Pinheiro, explica que todo o semestre os alunos têm uma disciplina de projetos, por isso surge a necessidade de comprar novos materiais. “Para fazer uma maquete são necessárias várias experiências, e os materiais de qualidade são sempre os mais caros”. De acordo com a estudante, os alunos que não têm condição de comprar os materiais fazem um esforço para não ficarem sem. “Ninguém deixa de fazer os trabalhos. Tem gente que pede emprestado, que pega sobras dos outros projetos. Tudo mundo dá um jeito de conseguir”.

O professor da disciplina de Pro-

jeto Arquitetônico V, Américo Ishida, comenta que foi realizada uma pesquisa pela Universidade que comprovou que o curso de Arquitetura e Urbanismo possui os alunos com melhor renda. Porém, os professores sabem que isso não significa que todos os alunos terão condições de arcar com os materiais. “Com o aumento do número de vagas pelas ações afirmativas, discussões sobre alternativas para esses alunos foram realizadas, mas, até agora, não tomamos uma atitude efetiva”. Para o professor, os alunos com poucas condições raramente deixam isso evidente, dificultando na hora de ajudá-los.

“O que ouvi dos professores foi ‘procurem um lugar mais em conta’, só isso”

Matheus Carbonari, estudante

O curso de Odontologia é famoso pelos altos custos. Materiais como jaleco branco, pinça dente-de-rato, tesoura de ponta fina, máscara e luvas descartáveis, espátula para gesso e escova para limpeza de brocas, compõem o conjunto básico utilizado já nos primeiros períodos do curso. Matheus Carbonari, estudante da 3ª fase do curso de Odontologia, relata

que mesmo estando no começo da graduação já gastou um total de R\$ 2.300. E sabe que esse valor vai aumentar ainda mais. “Gastei R\$ 400 em materiais mais R\$ 1.900 com o chamado *kit* acadêmico. Sei que na 5ª fase se gasta em torno de R\$ 4 mil. Durante a faculdade inteira vão mais de R\$ 10 mil”. Segundo o aluno, não há, por parte dos professores, uma indicação de local onde se podem adquirir os materiais. “O que ouvi dos professores foi ‘procurem um lugar mais em conta’, só isso”. Um dos pontos abordados no Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Odontologia da UFSC, lançado em 2006, é a questão dos materiais e instrumentais. No documento é ressaltada a necessidade de que cada disciplina solicite somente o necessário, bem como verifique a possibilidade de unificar o seu padrão com as demais disciplinas, favorecendo, assim, a diminuição do custo para a aquisição dos instrumentos. Para a disciplina de Materiais Dentários I são requisitados mais de 60 produtos. Outro curso com custo elevado é o de Medicina. Seus livros estão entre os mais caros, podendo chegar a mais de mil reais. Um livro básico de Anatomia custa em torno de R\$ 600. Além do jaleco branco, conjunto para dissecação, estetoscópio, entre outros.

Andressa Prates

andressa.pratesfreitas@gmail.com

Políticas de auxílio para compra de instrumentos são insuficientes

Mesmo com muito esforço, alguns alunos não têm condições de adquirir materiais tão caros para o curso de Odontologia. Quem enfrenta dificuldades pode adquirir um conjunto através de uma solicitação de auxílio junto à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). A coordenadora do curso, Ana Hecke, comenta que, por semestre, uma média de 10 alunos oriundos das ações afirmativas procuram-na para receber o benefício. “Não é um programa, é apenas uma tentativa de suprir as necessidades dos alunos com baixa renda para se manter no curso”. Para receber ajuda da PRAE é preciso concorrer em uma seleção realizada nos primeiros dias de aula. O aluno deve também preencher o cadastro sócioeconômico e comprovar renda.

Após o cadastro aprovado, os materiais são disponibilizados aos alunos em regime de comodato, ou seja, apenas até o final do curso. É

necessário devolver esses instrumentos para que sejam repassados a um novo aluno. Segundo Ana Hecke, a grande questão desse sistema é a falta de funcionários especializados para fazer o gerenciamento dos empréstimos. Isso ocorre tanto da parte da PRAE como da própria coordenação do curso de Odontologia. “Os materiais são comprados ou por licitação, ou por compra direta da Universidade”. Para o curso de Arquitetura e Urbanismo, resta ao aluno pagar do próprio bolso, pois não há políticas de auxílio neste curso. “Antigamente a PRAE dava uma ajuda de custo para realizar as plotagens do trabalho de conclusão do aluno. Mas nem isso acontece mais”, relata o professor Américo Ishida. A PRAE foi procurada para dar mais informações sobre essa questão, mas comunicou que qualquer contato deve ser feito com as coordenadorias dos cursos em questão.



Aulas do curso de Odontologia exigem o uso de utensílios técnicos

Professor do curso de Arte Cênicas consegue desconto em produtos

Ministrada pelo professor Luiz Fernando Perreira, a disciplina de Maquiagem Teatral, oferecida pelo Departamento de Artes Cênicas, possibilita aos estudantes a compra de materiais com um pequeno desconto em uma loja especializada. Há dois anos o professor firmou parceria com a Cotiro Cosméticos, local que revende os produtos da marca Catherine Hill, umas das únicas empresas brasileiras a produzir maquiagem artística específica para teatro. Por ser um material único os preços são diferenciados. Um estojo com dez cores para maquiagem tipo Clown, ou palhaço, custa R\$ 185,15 no site da marca.

A iniciativa surgiu como forma de facilitar a aquisição dos materiais

pelos alunos através de um desconto de 5%. Alguns produtos o professor tem em estoque, porém não são suficientes para suprir a demanda da turma. “Na primeira vez que ministrei a disciplina o único produto que os estudantes precisavam adquirir eram os pincéis. Hoje com 25 alunos em sala cada um precisa comprar sua base, pincel e outros produtos, por isso esse desconto é importante”.

O professor Luiz Fernando explica que é uma parceria firmada apenas entre ele e a loja, sem o intermédio da UFSC. “Eu escrevi uma carta para a Catherine Hill que me aconselhou a procurar a Cotiro. Como conheço o produto é melhor que eu mesmo faça esse contato. A coordenação não se envolve nessa questão”.

Vida de feirante

Forma de comércio milenar permanece viva em Florianópolis

Há 28 anos, família tem sua própria barraca de variados produtos na feira do Largo da Alfândega, no centro da cidade. A rotina inicia às duas horas da manhã e se estende até o fim da tarde

São duas horas da manhã e Rodolfo Hars passa o café que manterá a família acordada durante a longa jornada de trabalho. Sua esposa, Nisa, também está de pé, cuidando dos preparativos para mais um dia de feira. Eles têm 57 anos e há 28 participam da Feira Livre do Largo da Alfândega, realizada no Centro de Florianópolis todas as terças, quartas, sextas e sábados, antes do sol nascer, até as sete horas da noite.

Na barraca dos Hars são encontrados os mais variados produtos. Frutas, verduras, grãos, mel, geleias e bebidas artesanais, como a cachaça de alambique, o primeiro produto vendido, ainda na madrugada, para pessoas que talvez nem dormiram ainda. Como a banca fica no meio da praça e há outros feirantes que ocupam o espaço para montar seu negócio, é preciso chegar cedo. Às três horas da manhã, o caminhão que armazena todas as mercadorias começa a ser descarregado e tudo vai ficar pronto em, no mínimo, três horas.

A montagem da barraca é feita por Rodolfo, sua filha Denise e outros dois ajudantes, que são pagos diariamente por essa tarefa. Nisa observa e dá instruções, porque não pode mais fazer grandes esforços físicos, devido ao desgaste nos joelhos, quadril e coluna. Rodolfo também precisa tomar cuidado e tenta não levantar muito peso, por causa de um problema de hérnia.

Para organizar a barraca, cada alimento precisa ser colocado no local de costume. "Se o cliente não encontra a maçã no lugar dela, vai achar que não tem", diz Nisa. As frutas e verduras são alocadas uma a uma e raramente algum produto é despejado na gôndola. Frutas com algum defeito são logo separadas e destinadas à alimentação dos animais. "O cliente não quer algo feio ou estraga-

do, é preciso trabalhar com qualidade".

Cerca de 60 caixas de frutas e verduras abastecem a banca todos os dias. A variedade de produtos inclui itens importados, como a maçã argentina e o pêssego espanhol. "Com a falta de certos mantimentos em algumas estações, precisamos importá-los", conta Denise. A maioria dos produtos é comprada na CEASA - Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina, que faz a comercialização atacadista e varejista de pescado, hortifrutigranjeiros, alimentos e insumos orgânicos.

São necessárias três horas apenas para a família Hars organizar as frutas e verduras

A família também tem uma produção própria e algumas hortaliças da banca são cultivadas no sítio onde Nisa viveu na infância, em Águas Mornas, cidade localizada a 37 km de Florianópolis. Lá também existe a produção de mel; a cachaça é comprada em Antonio Carlos, município da região da grande Florianópolis; e os grãos, como arroz, lentilha e os mais diversos tipos de feijão - produto mais vendido da banca - vêm do Brás, importante bairro comercial de São Paulo. Rodolfo viaja a cada quatro ou cinco meses a capital paulista para fazer essas compras. "É bate e volta, a mercadoria vem mais fresca", diz Nisa.

O trânsito de pessoas pela feira começa às oito horas da manhã, mas os horários de maior movimento são entre dez horas e meio-dia, e após três da tarde, "quando as pessoas começam a sair do trabalho e

querem levar as coisas para casa", explica Nisa. O ex-professor do Instituto Federal de Santa Catarina, Osvaldino Hoffman, é frequentador da Feira Livre e destaca sua importância ao dizer que "os feirantes são verdadeiros guerreiros por encarar esta rotina". O aposentado também compartilha a confiança que tem neste comércio: "É muito honesto, não há produtos camuflados, como encontramos às vezes nos supermercados. Há produtos aqui que não se acha em todo lugar".

O que não falta na realidade da feira é o contato pessoal. Muitos transitam por ali, para comprar uma fruta, verdura, feijão, castanha, cachaça ou pimenta. Cada um com uma história para contar, do novo ao velho, do pobre ao rico.

Rodolfo e Nisa casaram-se em 1978 e partiram para São Paulo. "Lá tínhamos mais oportunidade. Poderíamos fazer algum dinheirinho". Trabalharam na casa do vice-presidente de uma importante multinacional. Dona Nisa ressaltou o dia em que teve que cozinhar para o cônsul americano. Ela fez *stragonoff* de carne e frango ao molho de cerveja. "O cara adorou", comenta. Também contou que nesse dia, seu pai, que não dirigia nem carregava a própria maleta, acabou sendo o motorista e carregador da bagagem do estrangeiro. "Achei curioso isso", ri mansinho. O casal Hars estudou até a quarta série do primário, mas Nisa fala que aprendeu muito sobre boas maneiras e etiqueta trabalhando em casa de família.

Entre idas e vindas, há muitas trocas de conhecimento entre feirantes e clientes. Dona Nisa conta que, certo dia, um senhor fazia compras na banca e comentou não poder consumir frutas ácidas, porque tinha gastrite. A feirante então, por ter feito um tratamento para o mesmo problema, sugere uma solução ao consumidor: "você sabia que a tinta do própolis é boa para gastrite?". Também chegam muitas informações até a feira. Como eles ficam o dia todo na barraca, os clientes e amigos que dizem o resultado do jogo, as novidades do Centro.

Anoitece e ainda aparecem alguns clientes, como a Valéria Nunes, que estava indo para casa e resolveu comprar algumas frutas na barraca. "A gente está de passagem, então é bem prático. Dá para comprar tudo fresco". Chega a hora de desmontar a barraca, levar o que não foi vendido neste dia de volta para o caminhão. Pai, mãe e filha se apertam na cabine. Surge o sentimento de dever cumprido, mas também alívio, por logo chegarem em casa, depois de 16 horas de trabalho.

Maria Luiza Buriham
marialuizaburiham@gmail.com
Patricia Siqueira
pat.siqueiras@gmail.com



Para abastecer a banca todos os dias, são 60 caixas de frutas e verduras. Em algumas estações, é necessário importar produtos

Associação é reativada para buscar direitos

Com a finalidade de reivindicar os direitos dos feirantes e melhores condições de trabalho, foi reativada há três meses, após uma parada de dois anos, a Associação dos Feirantes, presidida por André Broring, que também trabalha no Largo da Alfândega.

Uma das demandas que Rodolfo Hars apresentou é o desejo por parte dos feirantes da construção de um barracão para o abrigo da feira, já que há grande dificuldade nos dias de chuva. "Não é fácil montar a barraca com vento e trovoadas", explica Broring afirma que o pedido já foi feito à prefeitura, mas não foi atendido porque espaço é um patrimônio tombado, protegido, e não pode passar por mudanças estruturais. Outra demanda dos comerciantes é a construção de um banheiro de uso comum. "Nós chegamos aqui às três horas da manhã e só podemos usar o banheiro de uma loja que abre às sete horas", conta o pai da família Hars. A opção mais próxima durante a madrugada é o banheiro do Terminal Rodoviário, que



Construção de barracão para dias de chuva e banheiro são as demandas

requer o pagamento de um real a cada vez que é utilizado.

Os órgãos da prefeitura responsá-

veis pela regulamentação e fiscalização da Feira são a Secretaria Executiva de Serviços Públicos - SESP e a Secretaria

Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano - SMDU. Além das solicitações pontuais, André Broring explica que a reestruturação da Associação foi necessária devido às dificuldades de relacionamento com a prefeitura. Segundo o presidente, uma das advertências aplicadas pelos órgãos foi o deslocamento de barracas a outro ponto, o que prejudica o comerciante.

Segundo Graceli Pauli, fiscal da SESP, "os feirantes buscam uma relação de clientelismo, tentando manter boas relações com os fiscais e com as autoridades, para poder contar com favores, mas nós partimos de um princípio de igualdade. Quando uma norma é descumprida, é preciso aplicar uma sanção". Já o presidente da Associação dos Feirantes ressalta que "nós tentamos diálogo, mas não estamos conseguindo. Estamos na época da democracia, mas eles estão sendo um pouco ditadores. É o que eles querem e deu. Mas temos que ter paciência, uma hora a situação inverte", diz Broring.

Novas gerações seguem no trabalho

Denise, filha do casal, esteve presente no ambiente das feiras desde criança. "Fui aprendendo devagar, e aos poucos foram me dando mais funções". Hoje com 25 anos, percebe como este modo de vida se tornou cultural: "Há pessoas que tem como rotina passar por aqui para tomar um caldo de cana, comer um pastel".

A família está adaptada à rotina do trabalho, "é duro levantar cedo, mas a gente descansa durante o dia", lembra Nisa - conforme as horas vão passando, cada integrante da família dorme dentro da barraca, abaixo das caixas de frutas. Apesar do cansaço, Denise relata sua satisfação com a vida de feirante, "valorizo bastante a feira, esse é um meio que sustenta as famílias, podemos nos realizar

com a atividade. E não é uma brincadeira, é uma grande responsabilidade". E ressalta: "sem trabalhar, ninguém vai pra a frente não!".

De acordo com a Enciclopédia Luso-Brasileira, as feiras são fenômenos econômicos sociais muito antigos e já eram conhecidas dos Gregos e Romanos. Entre os Romanos, por causa das implicações de ordem pública que as feiras tinham, estabeleceu-se que as regras de sua criação e funcionamento dependiam da intervenção e garantia do estado. O papel das feiras tornou-se verdadeiramente importante a partir da chamada revolução comercial do século XI. Daí em diante, foram sempre aumentando até o século XIII.

Segundo o Fotógrafo Roberto Aga-

pio, que realizou um ensaio sobre Feiras Livres, "as feiras existem no Brasil desde o tempo da colônia. Em muitos lugares no interior do país elas são o principal e, às vezes, o único local de comércio da população. Muitas vezes elas funcionam também como centros culturais e de lazer".

Sua pesquisa mostrou que "estas feiras devem ter se originado há muito tempo, quando as pessoas se reuniam periodicamente em algum ponto pré-determinado da cidade para vender seus produtos à população ou mesmo realizar trocas. Com o tempo, provavelmente o número de pessoas foi aumentando e o poder público interveio com o objetivo de disciplinar, fiscalizar e, é claro, cobrar os impostos".



Devido ao horário em que acordam, os membros da família se revezam para dormir embaixo da barraca

Acompanhamento das repórteres

Nós, como estudantes de Jornalismo, estamos sempre em busca de bons personagens para contar boas histórias. Descobrimos a dona Nisa, seu Rodolfo e a Denise em uma sexta-feira, dia de feira e já neste primeiro encontro, perguntamos se poderíamos acompanhá-los durante um dia, o que incluía também, dormir na sua casa. Sem receio, dona Nisa respondeu que "não tinha problema não".

Fomos recebidas pela família Hars com um verdadeiro banquete: Anchova empanada e molho de camarão, acompanhados por arroz e saladas. Uma delícia! Na casa, o filho do casal nos conta que dona Nisa estava ansiosa para a nossa chegada. Admirável foi ver a senhora que havia trabalhado o dia todo ainda disposta em preparar o jantar para a família e para nós duas. No final desta noite, já nos sentíamos acolhidas e cada vez mais próximas daquela da família.

Antes de dormir, fizemos anotações das experiências que tínhamos vivenciado até o momento, já que eram

muitos detalhes a ser registrados. Acabamos apenas cochilando, por não mais do que uma hora. Às duas da manhã já estávamos em pé, com bastante sono, vendo seu Rodolfo preparar o café.

Chegamos ao centro de Florianópolis às três horas e vimos a barraca da família Hars ser cuidadosamente remontada. A madrugada foi passando e demos continuidade à nossa função de repórter, entrevistando e fotografando a família e os ajudantes. Começa a chover e, com isso, observamos a montagem da lona que vai passando de barraca em barraca para proteger os feirantes da água. Descobrimos as reivindicações e a Associação. O sol nasceu, os primeiros clientes aparecem e buscamos mais personagens para completar nossa reportagem. Quando o cansaço nos venceu e já tínhamos informações suficientes para contar essa história a você, deixamos o Largo da Alfândega e passamos a nos dedicar a relatar aquela realidade que tivemos a chance de conhecer por um dia.

Prédios Verdes

Selos não garantem sustentabilidade

Credibilidade de certificações de obras ambientalmente corretas é contestado por especialistas

Construir sem destruir. Este é o desafio dos arquitetos e engenheiros num mundo cada vez mais consciente da importância da sustentabilidade. Missão, em princípio, impossível, pois toda construção gera impacto ambiental, e sem construção não há desenvolvimento. Porém, "minimizar este impacto ao máximo é o grande desafio", conforme explica o professor Fernando Westphal, chefe do Departamento de Arquitetura da UFSC.

Westphal fundou, em 2007, uma empresa de soluções em simulação de desempenho energético, tecnologia utilizada para a obtenção do LEED (Leadership in Energy and Environmental Design), a mais reconhecida e utilizada certificação de responsabilidade ambiental para edificações do mundo, fornecida pelo instituto Green Building Council (GBC). O selo atesta que a obra é ambientalmente correta através de uma pontuação que vai de 0 a 100 e é distribuída ponderadamente entre quesitos terreno sustentável, uso racional da água, energia e emissões, materiais e recursos e qualidade do ar interno.

Desde a primeira certificação de um prédio LEED no Brasil, uma agência do extinto Banco Real em São Paulo, em 2007, houve uma corrida do setor atrás do selo. É o que aponta um estudo recentemente divulgado pela consultoria Ernst & Young, que dá conta do impacto econômico deste novo filão da construção civil. O relatório indica que o Brasil contabilizou 652 construções certificadas com o LEED ao fim de 2012, ano em que os prédios registrados para receber a etiqueta movimentaram 8,3% do PIB setorial, fortuna equivalente a R\$13,5 bilhões.

Apesar do grande entusiasmo do mercado com a onda de prédios com

LEED é dado sem que a execução do projeto de construção seja acompanhada

etiquetagem ambiental, as construções sustentáveis encaram a visão crítica de ambientalistas, que apelidam iniciativas como o LEED de greenwash, termo depreciativo que caracteriza o marketing verde de fachada. O professor do Departamento de Engenharia Civil da UFSC e membro do Conselho Brasileiro de Construções Sustentáveis (CBCS), Roberto Lamberts, é um dos que contestam a eficácia deste tipo de iniciativa. "Não vejo como negativo o uso do LEED, mas o fato é que ele não é bem aquilo do que estão vendendo. Ele é uma iniciativa de negócio e faz parte da visão norte-americana de que o mercado é que resolve a questão toda", contesta o professor, cujo principal questionamento é o fato de as certificações serem dadas apenas via análise de projeto, sem qualquer acompanhamento de sua execução.

Lamberts também critica a metodologia de avaliação das construções ser padronizada internacionalmente e inadequada à realidade brasileira. Pontuações por tomadas para carro elétrico e bicicletários em prédios corporativos de alto padrão e sem acesso por ciclovia seriam, na visão do professor, medidas insignificantes. Fernando Westphal, ex-orientando de Lamberts, cita a priorização desproporcional das dimensões avaliadas. Energia e emissões, que têm o maior peso, responde por 35 pontos. "Essa proporção leva em conta a matriz

energética americana, que é muito mais suja que a brasileira. Aqui deveria ser dado mais peso para o aproveitamento da água", defende. Westphal esclarece que, apesar de reconhecer as falhas do selo, vê com otimismo a sua existência, cuja grande contribuição, na sua opinião, estaria menos relacionada à redução efetiva de impacto e mais na estimulação do mercado à inovação. "força as estratégias mais eficientes e sustentáveis, o que leva toda a cadeia da construção civil para uma evolução".

Na visão de Roberto Lamberts, as certificações representam avanço, mas estão servindo como estratégia mercadológica para grandes empresas multinacionais. "Elas querem comprar indulgências, para aliviar a consciência. Como na Idade Média", compara. O professor lembra que, para além do mercado corporativo de luxo, o cenário da sustentabilidade na construção civil brasileira é muito ruim. Só o projeto Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, pretende entregar ao fim de sua segunda fase 3 milhões de unidades residenciais. "As moradias são entregues sem sequer veneziana nas janelas, ou seja, sem desempenho térmico. A casa do morador ficando quente, quando ele puder comprar um ar condicionado, ele vai comprar", exemplifica. Para ele, uma solução para o setor seria a conscientização geral, a normalização compulsória e o fim da informalidade. "No Brasil ainda é muito forte a questão do 'com nota ou sem nota'. Por trás disso existe informalidade fiscal, ambiental e de mão de obra. É uma questão cultural, mas que precisa ser enfrentada".

Em Santa Catarina existem somente 11 edifícios com o selo LEED. O vice-presidente de Meio-Ambiente e Sustentabilidade do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Florianópolis (Sinduscon), Olavo Kucker, reconhece que o mercado catarinense ainda está tímido com empreendimentos dessa natureza, mas que existem boas iniciativas concretas, como o empreendimento Cidade Sustentável Pedra Branca, em Palhoça. "Evidentemente, uma cidade sustentável não é garantida somente com edificações sustentáveis, mas é uma das partes que a compõe", salienta Kucker, referindo-se aos problemas de mobilidade urbana e segregação social causados pela falta de planejamento urbano.

Construções verdes em números no Brasil

- Pontuação entre 50 e 60 pontos, a construção ganha o status de Silver, entre 60 e 80 é Gold e acima de 80, Platinum.
- Ao fim de 2012, o instituto GBC já listava 652 edifícios LEED, o que coloca o Brasil na quarta posição entre os 143 países participantes. São 2.089.195,20 m² de área construída certificada, atrás apenas de EUA, Emirados Árabes e China. Em 2012, o "PIB verde" da construção civil contabilizou R\$ 13,5 bilhões em investimentos, 8,3% do total do PIB de edificações.
- A maior concentração está em São Paulo, com 450 prédios. O Rio de Janeiro vem atrás, com 145, seguido do Paraná, com 43. Santa Catarina possui 11 edifícios listados e está em sétimo lugar.

Fonte: Ernst & Young



Prédio em Palhoça é o mais sustentável de SC

A Cidade Sustentável Pedra Branca, localizada em Palhoça na Grande Florianópolis, é referência mundial em sustentabilidade. Está entre os 16 projetos urbanísticos usados como referência pelo programa de desenvolvimento positivo do clima da Clinton Climate Initiative, ONG do ex-presidente dos EUA Bill Clinton.

Está na Pedra Branca a primeira construção em Santa Catarina classificada com o selo LEED nível Gold, o edifício comercial Atrium. O prédio, um dos três do bairro com a certificação, foi inaugurado oficialmente no dia 10 de setembro e obteve 62 pontos no nivelamento feito pela Green Building Council. O comercial é dotado de energia solar, com placas fotovoltaicas na sua cobertura, tecnologias de eficiência hidráulica que reduzem até 35% o consumo de água nas torneiras, mictórios e vasos sanitários, central de separação e armazenamento de lixo para reciclagem e monitoramento eletrônico do consumo de água e energia.

Outra iniciativa em sustentabilidade da Cidade Pedra Branca é a inauguração, em setembro, do Passeio Pedra Branca, primeira rua compartilhada do Brasil, que permite o trânsito simultâneo de pedestres, ciclistas e carros. O caminho de 250 metros liga a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) à praça central do bairro. Os pontos comerciais da rua, ainda desocupados, receberão restaurantes, lojas de varejo e serviços em geral.



"Etiqueta vira estratégia mercadológica", afirma Roberto Lamberts

João Paulo Fernandes
joapaulo.fs14@gmail.com

Entraves da reciclagem

Falta de incentivo dificulta expansão

Informalidade dos catadores e má destinação do lixo atrapalham otimização da coleta seletiva

São 7h30 da manhã no bairro Monte Cristo. A esteira de triagem da Associação de Recicladores Esperança (ARESP) já está ligada. Por mês, cerca de uma tonelada de materiais recicláveis é separada por 19 catadores.

As instalações que antes funcionavam no bairro Itacorubi, foram transferidas há quatro anos para reduzir custos. "A maioria dos trabalhadores eram moradores do bairro, e no final do mês gastávamos cerca de 1700 reais só com transporte", conta Lizonete Fagundes, presidente da associação.

Com recursos da prefeitura e ajuda Companhia Melhoramentos da Capital (COMCAP), a situação melhorou. O galpão foi construído e a associação estruturada. Hoje eles só têm como despesa as contas de luz e de telefone. A maioria dos maquinários, conseguiram através de editais de empresas.

A ARESP, no entanto, faz parte da exceção. Atualmente, estima-se que existam 20 mil catadores de materiais recicláveis no Estado. Na Grande Florianópolis são 4 associações de triagem e muitos profissionais que trabalham individualmente sem galpão. "Não existe apoio do governo para que essas pessoas se organizem. Na rua o catador sempre pega o material melhor, já o triador pode ganhar menos porque o que chega para ele tem muito rejeito misturado", explica Dorival Rodrigues dos Santos, representante estadual do Movimento Nacio-

Nova lei de resíduos institui que governo deve investir em cooperativas

nal dos Catadores de Recicláveis (MNCR).

O alto custo do terreno, onde a separação é realizada, a falta de recursos para a manutenção dos galpões e de uma autonomia frente aos atravessadores, diminui a margem de lucro e o salário dos trabalhadores. Por isso a mão de obra é muito rotativa, principalmente no verão, quando a produção de lixo aumenta substancialmente, e mesmo assim o trabalho informal é mais rentável.

Pela lei 12.350, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o poder público deve estabelecer medidas e linhas de créditos para priorizar a implantação de infraestrutura física e a aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais recicláveis formada por pessoas de baixa renda.

A ABACLIN, que fica na Vila Aparicida em Coqueiros, ganhou do governo federal uma verba de 600 mil reais para a construção do seu galpão, mas não pode começar as obras. "A prefeitura não libera o terreno solicitado. Isso acontece porque o governo tem envolvimento político com o empresarial e não



ARESP faz parte da exceção. Conseguiu apoio do governo e atualmente só arca com contas de luz e de telefone



Centros de triagem são insuficientes

o social, ele não desapropriaria um terreno para fazer um galpão de reciclagem, mas para fazer shopping em cima do mangue, ele faz", comenta Santos.

Segundo o representante do MNCR, é imprescindível que os governos municipais invistam em duas ações para se adequarem ao Política Nacional de Resíduos Sólidos: apoio aos catadores triadores e a elaboração de projetos de educação ambiental da sociedade para a separação apropriada do lixo.

O Instituto Lixo Zero, aposta na conscientização para resolver o problema da produção de rejeitos. A ONG realizou nos dias 20 a 27 de outubro, a Semana Lixo Zero para difundir o conceito que dá nome à organização. "Nós consideramos lixo todo o resíduo que é misturado, a ideia é que haja maior aproveitamento de cada material, e que o mínimo possível do que produzimos seja destinado ao aterro", explica

Maria Gabriela Knapp, que participa da ONG.

Atualmente, cerca de 25 a 28% do lixo levado para os centros de triagem pela coleta seletiva tem como destinação final o aterro sanitário de Biguaçu. "Muita gente mistura o lixo e outras até separam, mas as vezes jogam as embalagens muito sujas e elas acabam sujando outros materiais. Isso diminui a quantidade de materiais que podem ser reciclados", explica Pinho.

Segundo ele, os bairros onde há maior número de estabelecimentos comerciais, a separação é menor. Como a lei federal não torna a fiscalização obrigatória, Pinho acredita que uma maneira de reverter esta situação seria com a criação de uma lei municipal que coloque a separação do lixo como condição para a liberação de alvará da vigi-

lância sanitária.

Hoje, Florianópolis recicla cerca de 6% de todo o lixo que produz e é a 4ª cidade do Brasil em coleta seletiva. "Isso é muito legal, porque somos a quarta cidade e não fazemos campanhas de conscientização desde 1994, quando o sistema foi implementado", afirma Pinho.

Mesmo assim, o centro é a única região em que a coleta acontece 6 vezes por semana. Alguns bairros como a Trindade e o Corregó Grande, tem coleta duas vezes por semana, o que não supre a demanda. "A coleta seletiva pode aumentar nessa região, mas não existem centros de triagem suficientes em Florianópolis para enviar estes materiais",

Ana Luísa Funchal

funchal.analuisa@gmail.com

Atitudes que fazem a diferença na reciclagem

- Enxágue as embalagens para que elas não sujem outros materiais e inviabilizem a reciclagem
- Diminua o volume das embalagens para que o caminhão tenha espaço para coletar mais material
- Separe os vidros. A COMCAP está estudando a viabilidade de distribuir containers pela cidade para captação. Hoje em dia, a maior parte de acidentes de trabalho entre catadores são causados por cortes por causa de vidros quebrados
- Não pique papéis em tamanhos muito pequenos. Isto inviabiliza a reciclagem. Em caso de documentos, tire apenas seu nome e deixe o resto do papel inteiro
- Coloque o lixo reciclável em sacos claros para facilitar a identificação dos materiais e poupar o trabalho de quem recolhe
- Roupas e tecidos não são recicláveis. Se você não quiser mais, doe

Política Nacional de Resíduos é aprovada

Após tramitar no Congresso por 21 anos, foi aprovada em 2010 a primeira Política Nacional de Resíduos Sólidos. A lei estabelece como prioridades na gestão dos dejetos a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento e a disposição final. Hoje, o destino dos rejeitos são 50% em lixões, 27% em aterros sanitários e 23% em aterros controlados. Segundo o Plano, até agosto do ano próximo ano, todos os lixões deverão ser desativados e todo lixo deverá ter destinação adequada, com risco de ser caracterizado como crime ambiental.

Outra mudança significativa foi o prazo, findado no ano passado, para que os municípios apresentassem um Plano de gestão como condição para o acesso aos recursos da União relacionados à limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos. (A.F)

Infância



Trabalho não é brincadeira de criança

Santa Catarina é o estado líder no *ranking* brasileiro da exploração infanto-juvenil

Bermuda, camiseta de uniforme e chinelo. Vestido assim parece até que Pedro* se arrumava para ir à escola, mas, na realidade, estava indo trabalhar. Aos 15 anos, o garoto tímido dos olhos azuis era repositor de mercadorias num supermercado em Florianópolis, onde mora com a mãe e três irmãos mais novos. Chegava ao trabalho às 13 h e saía às 17 h. Lá, ele carregava caixas de produtos e também era empacotador. “Nos finais de semana, quando tinha muito movimento, eu não parava um segundo. Fazia um pouco de tudo. Tinham dias que eram bem cansativos”.

O adolescente ficou por cerca de quatro meses no supermercado, onde recebia, mensalmente, uma quantia de R\$ 350. Tudo era entregue à mãe, que usava o dinheiro para alimentar os quatro filhos e complementar sua renda de R\$ 800 como faxineira numa policlínica de Florianópolis. Hoje, o menino tem 16 anos e não trabalha mais. Isso porque as assistentes sociais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ficaram sabendo do caso por meio da mãe de Pedro e impediram que o garoto continuasse no serviço e deixasse de ir à escola, que frequenta durante a noite. Agora, em vez de receber o dinheiro que ganhava trabalhando, o PETI, que tem como objetivo retirar jovens do trabalho precoce, ajuda a família através de serviços socioassistenciais e transfere uma renda de R\$ 120 por mês. Pedro ganhava mais, mas agora ele pode ir ao colégio sem chegar cansado depois de uma tarde no trabalho.

Pedro fazia parte de um grupo formado por 160 mil crianças entre 10 e



Aos 15 anos, o garoto trabalhava como empacotador em um mercado de Florianópolis, mas assistentes sociais aconselharam-no a permanecer na escola. Hoje, aos 16, ele e a família recebem um auxílio mensal de R\$ 120

17 anos que possuem uma ocupação em Santa Catarina, contribuindo para que o estado seja o primeiro em exploração do trabalho infantil no Brasil. De acordo com dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 18,9% das crianças e adolescentes catarinenses praticam alguma forma de serviço – geralmente precários. Dos 100 municípios com os maiores índices de trabalho infantil, 88 estão no sul do país e, destes, 32 são de Santa Catarina. Em todo o Brasil, 3,4 milhões de pessoas de 10 a 17 anos ainda trabalham. Dos 14 aos 16 anos, o adolescente pode trabalhar desde que seja como jovem aprendiz, o que não era o caso de Pedro.

Para a coordenadora do Fórum

De acordo com o IBGE, 18,9% das crianças em SC praticam alguma forma de serviço

de Erradicação do Trabalho Infantil (FETI-SC), Inge Ranck, é preciso combater o mito que faz a sociedade acreditar que é melhor que uma criança trabalhe do que se envolva com drogas e com a criminalidade. “Trabalhar não pode ser a solução. O trabalho precoce alimenta o ciclo de miséria e destrói sonhos e perspectivas de vida”. Ainda de acordo com

a coordenadora, as crianças e adolescentes que trabalham enfrentam mais dificuldades no aprendizado e isso faz com que percam a vontade em permanecer estudando.

“Cansei já, cansei de estudar”. É assim que Pedro reage todos os dias antes de sair de casa para ir à escola. “Não quero mais saber dos estudos, é chato. Por mim, eu só trabalhava”. Quando decidiu começar a ganhar dinheiro, o adolescente, que está no primeiro ano do ensino médio, queria auxiliar nas despesas da casa. Ele não está mais trabalhando, mas não pretende continuar assim por muito tempo. “Tem um posto de lava-carros aqui na rua e eu estou pensando em trabalhar ali. Conheço o dono do lu-

gar e ele me disse que paga R\$ 200 por mês, dependendo do meu desempenho. Acho que é um dinheiro bom. Assim eu posso ajudar minha mãe”.

Em geral, os empregadores escolhem crianças e adolescentes para trabalhar porque os gastos com eles serão menores que os com um adulto. “Uma pessoa com mais de 18 anos exigiria carteira assinada e piso salarial. A criança aceita qualquer trocado”, explica a coordenadora Inge Ranck. A questão é que, conforme o IBGE, quanto mais cedo uma criança é inserida no mercado de trabalho, menor a chance de ter uma boa remuneração no futuro. Isso se deve porque a grande maioria abandona os estudos para trabalhar e, sem qualificação, é ainda mais difícil conseguir um emprego que garanta uma renda necessária para suprir os gastos de uma família.

Pedro não deseja ser médico, engenheiro, ou astronauta, como muitas crianças costumam dizer. “Eu quero ser mecânico”, afirma sem hesitação. O sonho dele surgiu quando observava o pai consertando carros e motos. “Eu já sei mexer um pouco nisso. Desde pequeno eu gostava do trabalho de mecânico”.

Quando perguntado sobre como se imagina daqui cinco anos, ele responde: “Eu me vejo trabalhando para dar uma vida digna para minha família. Quero uma casa melhor e mais independência”.

*Nome fictício para preservar a identidade do entrevistado.

Vanessa Farias
vanessa.fs.93@gmail.com

Amadurecimento precoce interfere na formação do jovem

A professora Soraya Conde, doutora em Educação e integrante do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), afirma que a exploração do trabalho infantil gera prejuízos à saúde das crianças. "Isso acontece principalmente quando os menores realizam funções incompatíveis com seu desenvolvimento. O amadurecimento precoce faz com que elas percam seu direito de brincar, atividade essencial para quem ainda está em formação".

Crianças e adolescentes são forçados a trabalhar por diversos motivos, mas a pobreza é o principal deles. Conforme Inge Ranck, "o maior entrave para tirar os jovens da exploração é o fato de a sociedade achar natural os menores trabalharem". De acordo com ela, o primeiro passo para extinguir a exploração dos jovens é oferecer educação de qualidade. "É um processo longo e difícil, mas o problema do trabalho infantil se inicia quando a educação não prepara adequadamente a criança. Assim, ela não entende que o estudo é importante para sair da pobreza e conquistar uma melhor colocação no mercado de trabalho futuramente". Para Soraya Conde, será possível erradicar a exploração infantil somente se for erradicada a exploração do trabalho humano. "A criança que exerce alguma atividade está nessa situação por causa de um contexto em que um homem é obrigado a trabalhar para enriquecer outro. E para que este continue lucrando ainda mais, o menor entra em cena e é obrigado a abandonar sua infância".

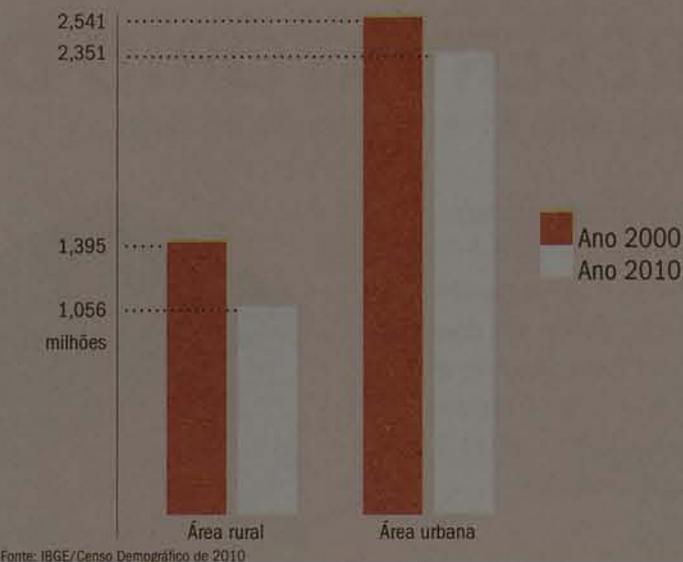
Assim como Pedro, milhões de crianças em todo o Brasil já passaram ou passam por situação de exploração do trabalho. "Toda a sociedade tem o dever de assegurar que os menores permaneçam na escola e não precisem trabalhar. Devemos denunciar e buscar melhorar a vida das crianças que têm sua infância e dignidade ameaçadas", afirma a coordenadora Inge Ranck. (V.F.)

Denuncie:

Todo cidadão pode denunciar um caso de trabalho infantil ao Ministério Público, a um Juiz de Infância ou ao Conselho Tutelar. É possível, também, denunciar pelo telefone do Disque 100 (Disque Denúncia Nacional) ou pelo site: www.disque100.gov.br.

Relação do número casos de trabalho infantil no Brasil

A redução da quantidade de crianças e adolescentes que trabalhavam em área rural, durante 2000 e 2010, foi maior do que na área urbana. A queda foi de 339 mil e 190 mil pessoas, respectivamente.



Casos de exploração do trabalho por gênero (de 10 a 17 anos)

Em 2010, o Brasil contabilizou 3,407 milhões de incidências de exploração do trabalho infantil de crianças e adolescentes.



Lei permite o trabalho doméstico de crianças, desde que sem excessos

No Brasil, conforme o artigo 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é proibido qualquer tipo de ofício exercido por menores de 14 anos. A partir dessa idade é permitido, mas apenas na condição de aprendiz, quando a atividade está relacionada à qualificação profissional. Entre 16 e 18 anos o trabalho é liberado contanto que não seja à noite, em condições que ofereçam perigo e que não atrapalhe o desempenho escolar. Mas se o adolescente com mais de 16 anos não tem carteira assinada ou está em situação precária, ele entra na estatística do trabalho infantil. De acordo

com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 10,5 milhões de crianças trabalham ilegalmente no mundo, a maioria tem menos de 14 anos e, destas, 71% são meninas. Os trabalhos mais comuns realizados por crianças, seja no meio urbano ou rural, são: a venda de produtos (balas, chicletes, etc.) nas sinaleiras, auxílio em estabelecimentos comerciais

– como padarias, bares, mercados –, exploração sexual, corte da cana-de-açúcar, colheita de hortifrúteis e tráfico de drogas.

O trabalho doméstico, realizado para ajudar a família em casa, não é caracterizado, primordialmente, como trabalho infantil. Porém, quando essa criança não consegue realizar as atividades que condizem com a sua idade – como ir à escola, brincar, participar de atividades culturais –,

Segundo o ECA, menores de 14 anos não podem exercer qualquer tipo de ofício

considera-se que esta prática, seja remunerada ou não, é trabalho infantil. Para os atores e modelos mirins – que trabalham geralmente em novelas, comerciais, desfiles de moda –, em regra, também deveria haver proibição. No entanto, nesses casos a lei prevê exceções que podem existir desde que haja a autorização da Justiça, já que trabalho artístico não é considerado exploração.

Ricardo Pessetti
ricardo@pessetti.com

As mudanças no perfil do voluntariado

Jovens adultos estão mais engajados

Existente desde 2008, o portal eletrônico Voluntários Online, do Instituto Voluntários em Ação (IVA), se propõe a agregar organizações e associações que tem o trabalho voluntário como foco. Desde a criação do portal, a instituição, criada em 1998, viu o número de voluntários cadastrados no Brasil aumentar de 5 mil para 55 mil, que doam o seu trabalho para uma rede de 770 organizações cadastradas.

À frente do Instituto Voluntários em Ação desde o seu surgimento, a coordenadora Ana Maria Warcken ressalta as mudanças no panorama do voluntariado nos últimos anos. "O perfil do voluntário tem acompanhado as mudanças de nossa sociedade. Temos vistos mais homens se engajando na atividade, pessoas bem escolarizadas se envolvendo e, principalmente, muitos jovens dedicando parte do seu tempo às causas voluntárias", diz. Além disso, destaca a importância de se entender o que é ser voluntário no instituto. "Para nós o voluntário é o cidadão que dedica tempo, trabalho e talento por causas de interesse da sua comunidade", define. E completa: "o trabalho voluntário que difundimos é um voluntariado transformador, que transforma pessoas e comunidades", diz Ana Maria Warcken.

O Lar Recanto do Carinho, localizado no bairro da Agrônômica, é uma das maiores instituições que atua pelo modelo de trabalho voluntário em Florianópolis. O local atende crianças e adolescentes que passam por problemas familiares e são encaminhados ao abrigo por decisão judicial. Ao todo, 25 voluntários

trabalham na sede da ONG. Antes de auxiliar no abrigo, os interessados passam por um rigoroso processo de acolhimento em que não se pode estar cadastrado no Cadastro Nacional de Adoção e nem ter vontade de adotar as crianças.

Moradora do bairro de Santo Antônio de Lisboa, norte da ilha, a empresária do ramo imobiliário Patrícia Corti, 33 anos, pratica o trabalho voluntariado no Lar Recanto do Carinho há quase 4 anos. "Ser mais humana, estar mais ligada às pessoas", é assim que Patrícia define o impacto do voluntariado em sua vida. "Hoje em dia eu penso mais no próximo do que em mim", conclui.

O investidor Toni Ribeiro, 50 anos, escolheu o trabalho voluntário em busca de algo que trouxesse sentido a sua vida. Como trabalha pouco tempo, começou a prestar ajuda ao Hospital Joana de Gusmão e, depois ao Lar Recanto do Carinho. Separado, há 10 meses ajuda na instituição e percebeu que mudou muito desde que começou a praticar o voluntariado. "Minha vida mudou. Era sem sentido. Hoje apoio as crianças e isso completa o tempo que ficava sem fazer nada. É gratificante", diz Ribeiro.

Para a assistente social que trabalha no Recanto do Carinho desde 2003, Catarina Batista Back, entender o voluntariado é de extrema importância para a prática de uma ação social que seja realmente transformadora. "Amor é a palavra que define o voluntariado pra mim. Quem não tem amor ao próximo não pode ser voluntário", ressalta Back.

Daniel Lemes
jordanilemes@gmail.com



No Lar Recanto do Carinho, em Florianópolis, atuam 25 voluntários

Questão internacional

Extração do gás xisto gera polêmica

Após causar problemas ambientais nos EUA, nova opção energética será explorada no Brasil

A água que sai da torneira pega fogo numa cidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos. Apesar de acontecer na terra que criou Hollywood, o fenômeno não tem nada de cinematográfico. Uma técnica de extração de gás natural que tomou conta da região nos últimos anos pode significar a auto-suficiência energética do EUA, mas também a causa de sérios problemas ambientais.

O drama é contado no documentário *Gasland*, de 2010, do diretor Josh Fox. Nascido e criado em uma área preservada por lei na Pensilvânia, Fox foi procurado em 2009 por uma companhia de extração de gás natural que ofereceu US\$100.000 pelo local. Antes de assinar, o diretor procurou donos de outras propriedades dos EUA que aceitaram a mesma proposta, o que encontrou foram centenas de casos de contaminação do ar e da água e descaso governamental.

No Brasil, um erro de tradução do inglês *shale gas* popularizou o termo gás de xisto, também conhecido como gás não convencional. A matéria prima é resultado do acúmulo de matéria orgânica formado há 400 milhões de anos. Além dos americanos, China e Argentina estão entre os maiores depósitos do gás. Argélia, Canadá, México, Austrália, África do Sul, Rússia e Brasil também possuem reservas importantes.

A fratura hidráulica é utilizada para extrair o gás de folhelho de de-

pósitos profundos desde os anos 70. "Após a exploração de poços de gás, quando a quantidade do material diminuía, utilizava-se o fraturamento para retirar o que restava, mas o custo era muito alto", explica o economista Marcelo Colomer, especialista na indústria de petróleo e gás natural. Com o tempo, pequenas empresas baratearam a técnica e, a partir de 2008, o país passou a explorar o gás em larga escala.

A perfuração do poço (ver infográfico) é seguida da injeção de água, areia e substâncias químicas sob uma pressão quatro vezes maior do que para a extração de GNV, o que provoca a liberação do gás do xisto. Esse gás percorre o duto até chegar à superfície. Este processo pode gerar diversos riscos operacionais, como a possibilidade de explosões com a liberação de metano, pequenos terremotos, incêndios, contaminação da água e do solo, vazamentos, danos aos poços e aos trabalhadores.

O êxito da exploração de gás xisto nos Estados Unidos foi tão grande que em dois anos o país deixou de ser um dos maiores importadores de gás natural, para se tornar um potencial exportador. Mesmo com as condições favoráveis, alguns estados como Maryland e Nova York, vetaram a exploração até que estudos sobre impactos ambientais fossem realizados.

Ana Luísa Funchal

funchal.analuísa@gmail.com

Patrícia Cim

patriciacim@gmail.com

RESERVATÓRIO DE GÁS

Veja como é feita a extração do xisto

Perfuração vertical

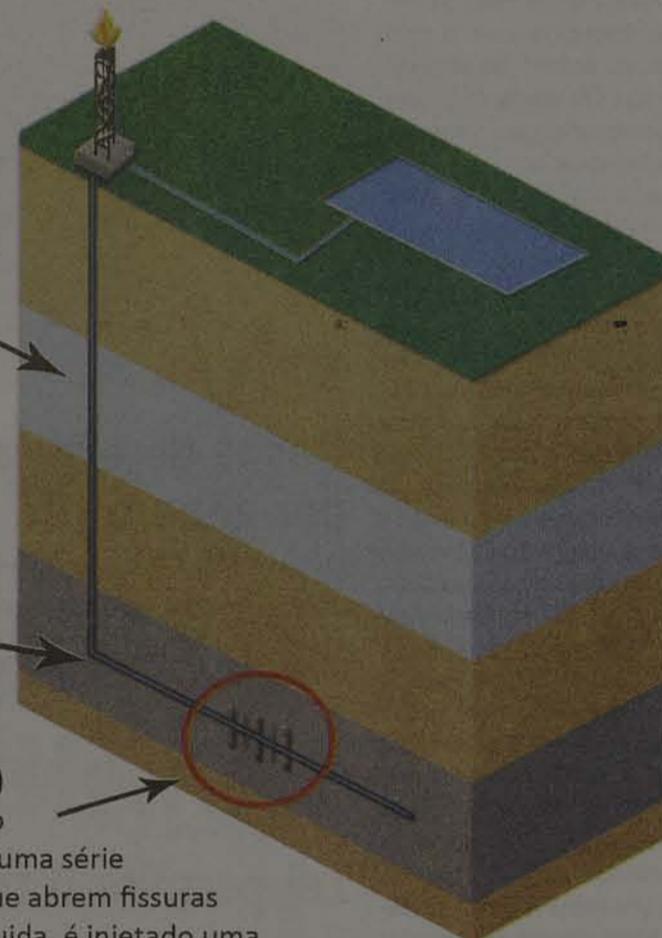
Uma tubulação é inserida no solo até a camada de xisto, que pode chegar a profundidades de até 3,6 km. As paredes do poço são revestidas com concreto.

Perfuração horizontal

Ao atingir a camada de xisto a perfuração muda para horizontal, podendo atingir até 1,2 km de extensão.

Fratura hidráulica (fracking)

A capa de concreto da seção horizontal é perfurada com uma série de explosões controladas que abrem fissuras na camada de xisto. Em seguida, é injetado uma mistura de água, areia e soluções químicas que penetram nas fissuras, abrindo caminho para a saída do gás.



INFOGRAFIA: LUIZA LOBO

Especialistas revelam falta de estrutura no país

Luiz Fernando Scheibe, professor da UFSC, coordena um projeto que há oito anos estuda as possibilidades de contaminação dos aquíferos de Santa Catarina a partir do uso de terra em superfície. "O fracking é tão agressivo que pode causar a reabertura de fraturas e consequentemente se comunicar com os aquíferos", diz.

Além da contaminação entre as camadas de rocha sedimentar, pelo menos metade da água injetada retorna à superfície com todos os aditivos químicos e componentes naturais da rocha como óleo, metano, enxofre e outros tipos de metais pesados. O tratamento dessa água é dever das empresas exploradoras. Nos EUA, as empresas contratam o serviço municipal de tratamento de esgoto, e a água acaba sendo levada para as mesmas estações que tratam o esgoto domiciliar.

Já no Brasil não há marco regulatório definido para a exploração do gás de xisto e o tratamento do que venha sofrer contaminação. Por se tratar de uma atividade terrestre, ainda que a exploração do gás xisto possa abranger estados vizinhos, a responsabilidade pelo licenciamento ambiental cabe ao Estado. No entanto, para Thaís Dalla Corte, advogada e mestrandia em Direito, Meio Ambiente e Ecologia Política na UFSC, essa questão ainda não é pacífica. "A competência do órgão estadual para licenciar pode ser discutida via judicial", completa.

ANP abrirá leilão em novembro

Em junho, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) anunciou que abrirá em novembro o leilão de áreas para exploração de gás de xisto em todas as regiões do Brasil. As bacias que serão licitadas são Parecis, Recôncavo, Acre, Parnaíba, São Francisco e Paraná, que localiza-se na camada que fica abaixo do Aquífero Guarani, uma das maiores reservas de água doce da América Latina.

Cientistas brasileiros debateram o tema durante a 65ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em julho, e enviaram uma carta à presidente Dilma Rousseff pedindo que seja sustada a licitação por um período suficiente para aprofundar os estudos sobre a real potencialidade do gás e dos possíveis prejuízos ambientais. "Seriam necessários

pelo menos cinco anos para aprofundar os estudos da exploração do gás e montar redes de pesquisa que possam fazer o levantamento das áreas que entrarão em leilão", analisa Jailson Bittencourt de Andrade, conselheiro do SBPC e coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Energia e Ambiente.

Para a professora e advogada Maria Lúcia Brzezinski, especialista em Direito Internacional e Recursos Hídricos, deve haver a garantia de estudos sobre o impacto ambiental prévios. "A política do governo é correr para tomar atitudes, antes mesmo que haja uma definição dos impactos, e quando surge algum problema, vai para o tribunal para ser resolvido", afirma ao relembrar o posicionamento tomado em relação a construção da usina hidrelétrica

Belo Monte.

— Não é só a falta de estudos prévios que preocupa pesquisadores e ambientalistas, outro ponto debatido é a falta de um marco regulatório para a atividade de exploração do gás xisto. "A Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento prevê que "quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental", caso que Caubet percebe em outros países. "É uma mentira dizer que no Canadá e nos EUA não há prejuízos ambientais sérios", completa.

"Não temos a estrutura física de escoamento de gás suficientes para viabilizar a exploração imediata", explica Colomer.

Tiro esportivo

Modalidade ganha novos praticantes

Devido à procura, o número de clubes que oferecem aulas cresceu de 520 para 724 no país

O tiro esportivo é uma das modalidades olímpicas que mais distribui medalhas: são 45 em disputa e, por isso, o Brasil procura se aperfeiçoar nesta modalidade. Nos torneios de Tiro Esportivo Dinâmico, que acontecem todos os sábados no Clube .38, em São José, a prática é encarada mais como hobby, mas o esforço é quase olímpico. O competidor ouve o apito do juiz, saca a arma da cintura, acerta dois alvos de metal, três de papelão e atira na bailarina (alvo móvel). Cada praticante tem sua vez, que passa tão rápido quanto o disparo dos revólveres. A ação leva, em média, 15 segundos. O objetivo é terminar a prova no menor tempo possível e alcançar o maior número de pontos Alfa, que é quando o atirador acerta o centro do alvo.

Apesar de estarmos falando de competição e armas de fogo, "o ambiente é amigável e familiar", conta Carlos de Souza, secretário do clube. Frequentam policiais, empresários, médicos. Até um bebê de colo assistia a um dos torneios que o ZERO acompanhou. Mas a criança estava do outro lado do vidro. O som de um disparo pode chegar a 140 decibéis. Níveis de pressão sonora acima dos 85 dB são considerados prejudiciais. Por isso, é essencial o uso do abafador de ruídos. Faz parte, também, do



Para os praticantes, empunhar o revólver é tão relaxante quanto uma massagem ou uma ida ao cinema

equipamento obrigatório óculos de proteção, para evitar o contato com resíduos de pólvora.

Para o empresário Marcelo Constanzo, empunhar um revólver é tão relaxante quanto uma sessão de meditação, uma massagem, uma ida ao cinema. "A pessoa alivia o estres-

se e desenvolve disciplina e controle do corpo e da respiração". Associado ao Clube .38, o único de Santa Catarina aberto ao cidadão comum, Constanzo reserva pelo menos as manhãs de sábado para descarregar uma centena de cápsulas em alvos fixos e móveis. E ele não é o único.

Desde 2005, o número de clubes de tiro esportivo no Brasil pulou de 520 para 724.

Dirceu Neto e a esposa Bruna Bezerra sofreram um acidente de moto há dois anos. Ele perdeu o movimento do braço direito, e ela a visão periférica. A baixa autoestima do ex-

lutador e o receio de não ser capaz de proteger sua mulher fizeram com que Neto procurasse aulas de defesa pessoal e de tiro. "Desde então, minha autoconfiança aumentou muito. A gente passa a semana inteira na ansiedade de poder chegar sábado de manhã para vir atirar".

Bruna começou a acompanhar o marido nas aulas, e hoje participa de campeonatos estaduais. Nos últimos anos, houve um aumento considerável na busca deste esporte pelas mulheres. Não há uma estatística que reúna todos os praticantes de tiro do país – a atividade engloba quatro confederações. Somente a de tiro esportivo calcula que, dos cerca de 2 mil associados, 200 são mulheres. Há sete anos, elas eram apenas 50.

O diretor do Clube .38, Tony Eduardo de Lima e Silva, conta que "antigamente, era quase que uma necessidade a mulher vir acompanhada do parceiro, que demonstrava interesse e a trazia para conhecer. Hoje, nós vemos que elas buscam o esporte por conta própria. Acredito que seja pela liberdade muito maior que a mulher tem atualmente, com independência tanto financeira quanto de atitude". O clube tem cerca de 500 associados, e um terço do público é feminino.

Felipe Figueira
titon.felipe@gmail.com

Clube de SC é referência mundial

O tiro é uma prática que requer habilidades que envolvem a mente e o corpo. Assim como atletas se preparam fisicamente, os praticantes de tiro também condicionam a mente, para que tenham foco para atingir a velocidade e precisão necessárias nesse esporte.

Não são aceitas pessoas processadas criminalmente ou que respondam inquérito policial. Menores de idade podem praticar o tiro desde que acompanhadas dos pais ou responsável legal.

O bicampeão olímpico norte-americano em tiro esportivo, Vincent Hancock, começou a treinar aos nove anos de idade na associação em que seu pai era dono. A história de Tony Eduardo, diretor do Clube .38, é parecida com a de Hancock. Ele começou a lutar jiu-jitsu aos 11 anos e a atirar aos 12. É formado em educação física pela Universidade Federal de Santa Catarina e hoje dirige o clube fundado pelo pai, Tim Omar de Lima e Silva.

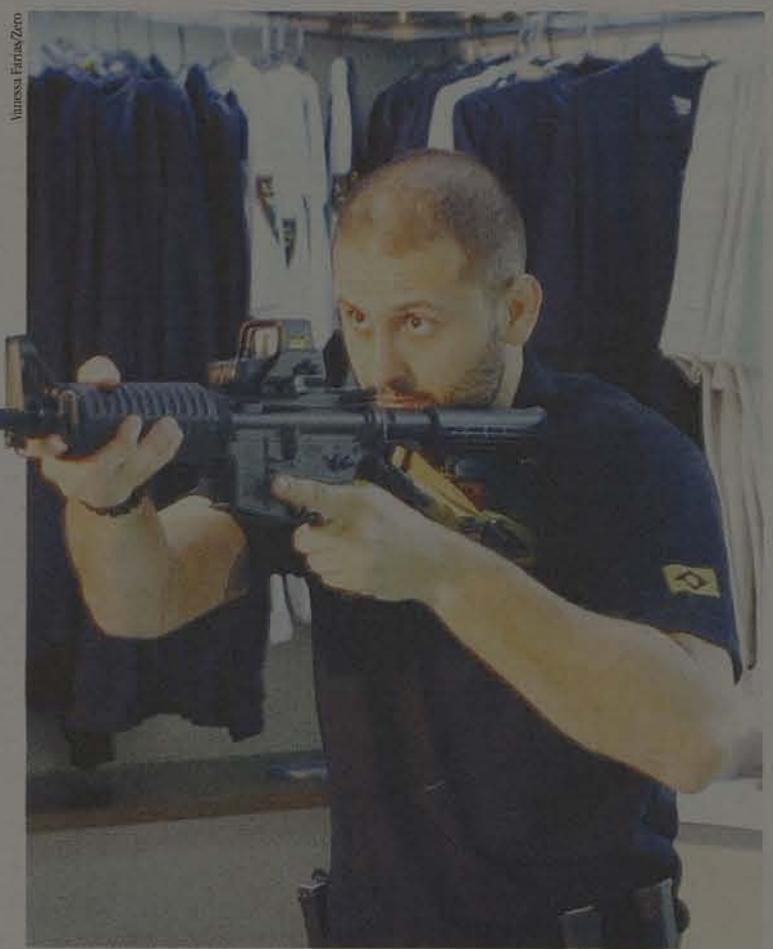
O tiro é uma prática que requer habilidades física e mental, foco e precisão

Mas, diferente do atleta olímpico, Tony seguiu uma trajetória longe das competições. Fundou uma academia de jiu-jitsu em Shanghai (China), treinou policiais de cidades brasileiras, a polícia de elite dos Estados Unidos SWAT, e foi, inclusive, o único brasileiro que teve acesso ao restrito círculo da academia de polícia chinesa. O treinamento no país asiático aconteceu em 2011, para ensinar os guardas de rua, que não usam armas de fogo, técnicas para se defender de um transgressor e imobilizá-lo.

Não há nada em relação aos revólveres que não seja curioso ou polêmico. De acordo com a lei

10.826 de 2003, para adquirir uma arma de fogo de uso permitido, o interessado deve declarar a efetiva necessidade junto à Polícia Federal e comprovar capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio.

Dados do Ministério da Saúde referentes a 2010, incluídos no Mapa da Violência 2013, revelam que, entre os 12 países mais populosos do mundo, o Brasil é o que tem mais mortes por arma de fogo. Por essa e outras razões, as armas, no país, são culturalmente ligadas à violência. "De modo geral, esse universo é muito restrito no Brasil, diferente de países vizinhos, como Argentina e Uruguai, onde o acesso ao cidadão de bem é livre. Aqui, ainda existe um forte tabu. Mas a maioria dos nossos clientes (Clube .38) nem tem arma e pratica o tiro realmente como esporte", argumenta Tony Eduardo. (FF)



Tony começou a praticar aos 12 anos e hoje é diretor do Clube .38

Acessibilidade para cegos

SC tem curso pioneiro para treinar cães-guia e formar adestradores

Projeto é único da América Latina mantido pelo governo

As aulas das primeiras turmas dos cursos técnicos de treinadores e instrutores de cães-guia do Instituto Federal Catarinense (IFC) tiveram início em fevereiro deste ano, no campus de Camboriú. Pela primeira vez na América Latina, um projeto integralmente financiado pelo governo federal é destinado à formação de profissionais e treinamento de cães para atender pessoas cegas. Seis servidores de institutos de diferentes estados, selecionados através de chamada pública, passarão por dois anos de qualificação. A intenção é que, a partir deles, os cursos sejam implantados em São Cristóvão (Sergipe), Manaus (Amazonas), Limoeiro do Norte (Ceará), Urutaí (Goiás), Muzambinho (Minas Gerais) e Alegre (Espírito Santo).

Hoje, somente três pessoas no Brasil têm certificação internacional como treinadores habilitados. Segundo a criadora e coordenadora do projeto do IFC-Camboriú, Márcia Santos de Sousa, a falta de profissionais qualificados é uma das maiores

Estima-se que existem menos de 100 cachorros aptos ao serviço hoje no Brasil

dificuldades das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) que atuam na área. “Os custos de trazer um animal treinado de fora do país podem chegar a R\$ 25 mil, o que está longe de ser viável para muitas pessoas.”

Segundo dados do IBGE de 2010, há no Brasil 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual e 526 mil cegas. Por outro lado, menos de cem animais estão em serviço no país, segundo levantamento informal feito por entidades não governamentais. “Mesmo se considerássemos apenas 5% do total de cegos do país, teríamos no final mais de 26 mil pessoas para cerca de 80 animais. É um abismo

muito grande”, analisa Márcia.

Em seu terceiro cão-guia, o catarinense, José Carlos Rodrigues, faz parte da exceção. Depois de perder a visão aos 22 anos de idade e passar seis anos andando de bengala, ele foi chamado para participar da seleção que escolheria duas pessoas para receber os primeiros cães-guia do Estado. A proposta partiu da Associação de Cães-Guias (ACG), atual Escola Helen Keller, em 1997, que traria os animais dos Estados Unidos e um instrutor da Nova Zelândia para ajudar no processo de adaptação com o cão da raça *golden retriever*, Ben.

Os outros dois cachorros de José Carlos, Gus e Leo, também foram trazidos de fora do país por ONGs. Ele conta que, além da companhia, o guia pode representar uma diminuição no nível de estresse do deficiente visual, “com a bengala, o contato com o ambiente é através do choque com os objetos e as calçadas, o cão antecipa isso e desvia mesmo de obstáculos aéreos. De quebra, já fiz várias amizades por causa dele”.

Com a criação do projeto do IFC e



No IFC, as principais raças escolhidas são labrador e golden retriever

sua incorporação ao plano federal Viver sem Limites, lançado em 2011, 48 filhotes estão em processo de socialização — fase que antecede o treinamento propriamente dito. Ao final do curso, cada um dos seis alunos terá

adestrado seis cachorros e formado, pelo menos, quatro duplas, pessoa cega e cão-guia, com sucesso.

Natália Pilati
natt.ufsc@gmail.com



Uma das socializadoras brinca com os animais no pátio do Instituto



Seis servidores foram selecionados através de uma chamada pública

Treinamento pode levar dois anos

Nos cursos técnicos de treinador e instrutores de cães-guia do IFC, o processo de adestramento de um animal leva em média dois anos e envolve veterinários, psicólogos, treinadores e as chamadas famílias socializadoras. O processo todo depende desde a análise da raça e da linhagem da família, seu acompanhamento desde filhote, um processo de socialização e, por fim, a formação do par pessoa cega e cão-guia.

A escolha da raça é influenciada por características comportamentais, pelo porte do animal, e também por questões culturais, que variam de acordo com o país. “No Instituto nós trabalhamos com o labrador, o golden retriever e, mais recentemente, com o flat coated retriever, que está em fase de estudo. “Outras raças podem ser usadas, mas, por aparentar ser um animal dócil, a entrada de um labrador em lugares públicos é mais aceita”, explica Márcia Santos de Sousa, coordenadora do projeto.

O treinador Franklin Roosevelt

Amorim conta que com 45 a 60 dias os filhotes já começam a ser selecionados, “com essa idade, já é possível notar se há algum desvio de comportamento ou limitação que o impeça de ser um guia, ou que exija uma atenção específica”.

Depois disso, ele é entregue a uma pessoa que se prontifique a cuidá-lo durante aproximadamente 15 meses. As despesas são pagas pelo projeto e o dono temporário recebe visitas toda semana de profissionais do instituto que acompanham a etapa de amadurecimento do cão. Além de como zelar para que o animal não adquira maus hábitos, ande sempre vestido com a capinha de guia e do lado esquerdo do dono na hora de caminhar, o cuidador fica responsável por apresentar-lhe os mais variados ambientes e barulhos para que o cão tenha convívio social.

“Você basicamente tem que mostrar um pouco do mundo para o animal, assim ele vai se manter calmo diante de situações do cotidiano e de-

sempenhar bem seu trabalho”, explica Maria Aparecida Zache, aluna do curso e socializadora de dois filhotes. Passado esse período, o cachorro tem de retornar ao Instituto para completar seu treinamento.

A última etapa é também decisiva. A chamada formação de pares é mais que entrar em contato com quem solicitou um dos animais, é necessário encontrar a pessoa certa para cada cão. “Levamos em conta a altura do animal e do candidato a dono, se o cachorro é agitado e as condições da pessoa. Ou seja, temos que achar perfis que coincidem e depois ajudá-los no processo de adaptação, que leva de três semanas a um mês”, explica Márcia.

Os cães são entregues em regime de comodato e costumam trabalhar como guias durante cerca de oito anos, depois têm de se aposentar. Quando isso acontece, podem ser adotados pelo próprio cego, por outra família ou ficar aos cuidados da equipe do centro de treinamento.